

Ata número onze

Aos vinte e sete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte três, pelas vinte uma hora e trinta minutos reuniu, no auditório Carlos Pinto, no Sport Lisboa e Águias do Dominguiço, a Assembleia de Freguesia em sessão Ordinária com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto um: Período Antes da Ordem do Dia.

Ponto um ponto um: Apreciação e votação das atas das sessões ordinárias realizadas a vinte e um de junho de dois mil e vinte e três (21/06/2023) e dezanove de setembro de dois mil e vinte e três (19/09/2023).

Ponto um ponto dois: Assuntos gerais de Interesse Autárquico.

Ponto dois: Período da Ordem do Dia.

Ponto dois ponto um: Informações acerca da atividade da Junta de Freguesia.

Ponto dois ponto dois: Apreciação e votação do mapa de pessoal.

Ponto dois ponto três: Apreciação e votação do Plano de atividades para o ano dois mil e vinte e quatro (2024).

Ponto dois ponto quatro: Apreciação e votação do Orçamento para o ano dois mil e vinte e quatro (2024) e Plano Plurianual.

Ponto três: Intervenção do Público.

O Presidente da Assembleia, senhor Sérgio Lopes, deu início à sessão agradecendo a presença dos membros da Assembleia, Estela Maria da Cruz Gil Roberto, António Pereira Henriques, João Filipe Lopes dos Santos, José Armando Aguilar Augusto, Cristina Isabel Vaz Gouveia, Cecília Maria Ascensão Batista, dos membros da Junta de Freguesia e do público em geral.

Antes de se proceder para o primeiro ponto da ordem de trabalhos, o Presidente da Assembleia sugeriu que as atas fossem enviadas para os membros da Assembleia através de email, tal como votado e aprovado em mandato anterior, no ano de dois mil e dezoito. Esta sugestão do senhor Sérgio Lopes foi colocada à votação, tendo entretanto pedido a palavra o senhor José Augusto, para referir que segundo a lei, as atas deviam ser lida nas assembleias. A votação foi então efetuada, tendo a sugestão do Presidente da Assembleia sido aprovada com quatro votos a favor e três votos contra. A assembleia prosseguiu em seguida para o ponto um ponto um, tendo pedido novamente a palavra o senhor José Augusto, para referir que a ata de vinte e um de junho de dois mil e vinte e três não cumpria com o artigo número cinquenta e sete da Lei das Autarquias Locais. A ata da assembleia do dia vinte e um de junho de dois mil e vinte e três foi colocada à votação, tendo sido aprovada com quatro votos a favor e três

votos contra. Sobre a ata da assembleia de dezanove de setembro de dois mil e vinte e três, o senhor José Augusto referiu que o seu voto contra para esta ata teria a mesma justificação enunciada para a ata de vinte e um de junho de dois mil e vinte e três, tendo em seguida a ata sido colocada à votação dos membros da assembleia por parte do senhor Sérgio Lopes, com a mesma a ser aprovada com quatro votos a favor e três votos contra. O senhor José Augusto perguntou depois se a assembleia estava a ser gravada, tendo o senhor João Santos indicado que não.

A sessão prosseguiu depois para o ponto seguinte da ordem de trabalhos, relativo a assuntos gerais de interesse autárquico. Teve a palavra a senhora Cecília Batista, que fez uma intervenção com vários pontos: questionou qual o ponto de situação dos postes do Ribeiro da Maceira; perguntou se estava previsto algum trabalho de manutenção dos caminhos rurais; indicou que a campainha do contentor da escola não estava a funcionar; perguntou se existia alguma novidade acerca da marcação dos lugares de estacionamento na avenida; questionou se já se tinha intercedido junto da Proteção Civil devido à necessidade de limpeza no terreno dos Costa Pais; se existia alguma atualização no regulamento das taxas dos canídeos; e quais os apoios existentes para a reabilitação de casas em ruínas além do ARU. A palavra passou então para o senhor José Matos para que pudesse responder aos pontos levantados pela senhora Cecília Batista durante a sua intervenção. Em primeiro lugar, indicou que relativamente aos postes do Ribeiro da Maceira, o caso está em análise nas plataformas das respetivas entidades (MEO e EDP), tendo sido essa a resposta que foi dada pelo engenheiro Vieira, não existindo previsão de resolução. Sobre a limpeza dos caminhos rurais, o senhor José Matos disse que as máquinas estavam pedidas, mas devido ao mau tempo que se fazia sentir, a época não era a mais apropriada para realizar essa limpeza. Quanto ao problema com a campainha da escola, indicou que não tinha conhecimento da existência desse mesmo problema, pois ainda ninguém tinha comunicado tal situação. Em seguida, o senhor José Matos referiu que não tinha indicação de quando o processo de marcação de lugares na avenida avançaria. Acerca do regulamento das taxas dos canídeos, referiu que a proposta iria à assembleia, mas o executivo estava ainda a recolher informações sobre os valores normalmente praticados em outras freguesias antes de avançar com a proposta final a ser apresentada. Por último, disse que desconhecia a existência de mais algum mecanismo para a reabilitação de casas em ruínas para além do ARU. Em seguida teve a palavra o senhor José Augusto para questionar o porquê de as placas de limite da freguesia terem sido colocadas nos sítios onde se encontram. Também indicou que o lixo no "contentor lá em cima na estrada" continua a acumular, e que ninguém limpa, o que causa transtorno às pessoas. Por último, o senhor José Augusto também alertou para o facto de o contentor de recolha de papel estar partido, devendo-se informar a Resiestrela para que procedesse à substituição do mesmo. Teve novamente a palavra o senhor José Matos, dizendo que as placas que o senhor José Augusto indicou são de "identificação de localidade por causa do trânsito", tendo sido colocadas pelas entidades competentes de regulação de sinalização de trânsito para uma melhor gestão das velocidades máximas admissíveis nos troços em questão (identificação de zona urbana). As placas que realmente indicam os limites da freguesia são as de cimento, e

foram colocadas pela própria junta de freguesia num mandato anterior. Quanto ao contentor referido anteriormente, apesar de mencionar que nessa zona não existia um grande aglomerado de pessoas, o senhor José Matos admitiu que esse contentor era dos que mais facilmente ficava sujo na freguesia, inclusivamente com a colocação de monos, muito devido à falta de civismo das pessoas. Sobre o contentor de recolha de papel, foi indicado que o problema iria ser comunicado à Resiestrela. Em seguida, o senhor José Augusto voltou a pronunciar-se sobre a situação do lixo excessivo junto do contentor, sugerindo a colocação de uma placa de aviso para as pessoas que lá quisessem colocar o lixo. Pediu a palavra a senhora Cristina Gouveia para questionar se seria possível implementar um mecanismo de escoamento de água nos novos passeios junto da escola, uma vez que quando chovia, havia grande acumulação de água nessa zona. Além disso, também perguntou se seria possível colocar um sinal de proibição de estacionamento perto da escola para tentar evitar o congestionamento no trânsito que se verificava regularmente devido ao estacionamento de carros no passeio no momento de saída das crianças da escola à tarde. Por último, a senhora Cristina Gouveia também questionou se existia alguma atualização sobre o processo da nova sala multiusos para a escola. Teve então a palavra o senhor José Matos, referindo que já tinha sido feito um corte no passeio junto à passadeira para a água escorrer pela rua da escola, indicando ainda que, sobre a sala multiusos que iria substituir o contentor para a escola, existia um projeto e esperava-se que a Câmara Municipal pudesse avançar com a obra o mais rapidamente possível. Já sobre o estacionamento junto à escola, o senhor José Matos disse que aquela não é uma zona de estacionamento, e as pessoas teriam de ter bom senso, pois facilmente poderiam ser multadas naquele local.

A sessão seguiu para o ponto seguinte da ordem de trabalhos, onde foram dadas informações acerca da atividade da Junta de Freguesia. Assim, o senhor José Matos mencionou algumas das atividades realizadas, como a comemoração do aniversário da freguesia inserida no evento da "Semana Cultural" organizado conjuntamente com o SLAD e a realização das festas de Natal, do madeiro e da abertura da barraquinha com chocolate quente na noite de Natal. Além disso também indicou que o executivo tem procurado projetos de reabilitação do espaço da praia fluvial, e de recuperação de espaços verdes na freguesia, como aqueles que se encontram junto do Pedro Gaudêncio, do António Ezequiel e do senhor Elísio, já existindo maquetes e levantamentos topográficos. Por último, mencionou que na semana anterior, em assembleia municipal, tinha sido aprovada a fixação do IMI de 0.8% para os prédios rústicos, e de 0.3% para prédios urbanos, enquanto nos prédios urbanos parcialmente devolutos, a taxa passaria a ser majorada em 30%.

Sem questões apresentadas pelos membros da assembleia no ponto dois ponto um, o senhor Sérgio Lopes prosseguiu com a sessão, passando-se então para a apreciação e votação do mapa de pessoal. A palavra foi dada ao senhor José Matos, que indicou que o mapa de pessoal não tinha qualquer alteração relativamente ao ano anterior, existindo uma assistente operacional para o setor administrativo, e um assistente operacional para limpeza urbana. O mapa de pessoal foi então colocado à votação, tendo sido aprovado com quatro votos a favor e três abstenções.



Em seguida, passou-se para o ponto dois ponto três da ordem de trabalhos, relativo à apreciação e votação do plano de atividades para o ano dois mil e vinte e quatro. Teve a palavra a senhora Diana Louro, indicando que no plano se encontravam pontos gerais que se mantinham de outros anos, tendo sido acrescentado alguns, como: a conclusão do projeto e iniciação da construção do posto médico e espaço multifuncional, tendo-se já adquirido a casa; a substituição do abrigo de passageiros no Largo Silvestre Castelo Branco, estando a ser efetuada a recolha de orçamentos; a continuação da requalificação do espaço do cemitério, tendo já sido executados alguns melhoramentos; e a construção do ponto de recolha de monos. Sobre as acessibilidades e iluminação pública e outros, mencionou a retificação dos passeios da Avenida Almirante Américo Tomás; o incentivo à recuperação de imóveis devolutos; a limpeza e requalificação de ruas e passeios; e continuação da redução de barreiras arquitetónicas. No ponto referente a espaços verdes e saneamento básico, a senhora Diana Louro referiu a iniciação da implantação de infraestruturas na praia fluvial, para o qual já existe um projeto começado; a revitalização dos fontanários a Freguesia; a requalificação dos espaços verdes e criação de zonas e lazer; a reparação de caminhos e limpeza de matos em espaços urbanos; a comunicação junto das entidades competentes para assegurar a limpeza regular dos contentores do lixo; a solicitação de novos contentores em locais onde seja necessário; e a melhoria do encaminhamento das águas pluviais. Sobre o ponto relativo a ação social, serviços e saúde, mencionou a continuação da colaboração com todas as associações e instituições de cariz social do Dominguiço; a continuação de prestação de serviços na junta de freguesia; a continuação da colaboração com a ARS para assegurar a boa prestação de serviços de saúde na freguesia; e outros serviços que já são prestados atualmente. Quanto à educação, associativismo, desporto, cultura e juventude, a senhora Diana Louro indicou as seguintes ações: auxílio da escola e dos jardins de infância nas condições necessárias ao seu adequado funcionamento; apoio e promoção de todas as associações existentes na freguesia; cooperação na realização do evento cultural "Farrapeiros"; realização da "Semana Cultural" em parceria com o SLAD; realização de atividades para comemoração da época natalícia; realização de eventos na praia fluvial; participação nos eventos a realizar pela Câmara Municipal; comemoração do Dia Mundial da Criança; disponibilização de salas e equipamentos para formação; e demarcação e manutenção dos percursos pedestres na freguesia. Em seguida, interveio a senhora Cecília Batista, perguntando como é que a junta de freguesia incentivaria a recuperação de imóveis devolutos, tal como era referido no plano de atividades. A palavra passou então para o senhor José Matos, que indicou que a junta de freguesia poderia ajudar as pessoas que pretendessem recuperar os imóveis através dos programas existentes (o ARU), acompanhando proximamente os projetos na Câmara Municipal, tentando inclusive diminuir o tempo de aprovação desses projetos. Adicionou ainda que a própria freguesia já utilizou os programas existentes para recuperar alguns espaços degradados, dando o exemplo do espaço onde foi construída a casa mortuária. Pediu então a palavra o senhor José Augusto, perguntando se havia alguma previsão de se ligarem novamente os candeeiros de iluminação pública que se encontravam desligados em toda a freguesia. O senhor José Matos indicou que os serviços não acham necessário que se liguem mais candeeiros públicos na freguesia,

especialmente em zonas onde não há habitações, existindo uma estratégia de poupança de energia na iluminação pública um pouco por todo o Concelho. Sem mais questões colocadas, o senhor Sérgio Lopes colocou o plano de atividades à votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com quatro votos a favor e três votos contra.

Procedeu-se então para o ponto dois ponto quatro da ordem de trabalhos, onde se iria realizar a apreciação e votação do Orçamento para o ano dois mil e vinte e quatro e Plano Plurianual. Teve a palavra o senhor Jorge Saraiva, que começou por indicar as previsões para as receitas correntes as quais estavam orçamentadas com valores na ordem dos cento e vinte e cinco mil, setecentos e cinquenta euros, com esse valor a resultar do somatório das taxas multas e penalidades (previsão de quatrocentos e quarenta e cinco euros), dos impostos diretos (previsão de dois mil oitocentos e sessenta euros), das transferências correntes (previsão de cento e dez mil, oitocentos e noventa e oito euros), e da venda de bens e serviços correntes (previsão de onze mil, quinhentos e quarenta e sete euros). Quanto à receita de capital, prevê-se um valor de cento e sessenta e seis mil euros, o que somado à receita corrente perfaz um total de receita de duzentos e noventa e um mil, setecentos e cinquenta euros. Em seguida, o senhor Jorge Saraiva passou para o detalhamento das despesas, em que a previsão de despesas com pessoal atingia um valor de sessenta e cinco mil, duzentos e cinquenta euros; a aquisição de bens e serviços se fixava num valor de trinta e um mil, quinhentos e cinquenta euros; juros e outros encargos atingiam cem euros de despesa; as transferências correntes chegavam a oito mil, duzentos e cinquenta euros; outras despesas correntes seriam de cem euros; e a aquisição de bens de capital, onde se incluem as obras, arranjos e aquisições previstas, como arranjos de edifícios (escola, por exemplo) e espaços verdes, melhoramentos no cemitério, e aquisição de equipamentos para a praia fluvial; estavam previstas atingir um valor de cento e oitenta e seis mil e quinhentos euros. No final, a previsão do total de despesas cifrava-se em duzentos e noventa e um mil, setecentos e cinquenta euros. A senhora Cecília Batista pediu a palavra, questionando a razão para o valor de despesa com pessoal atingir um valor acima dos sessenta e cinco mil euros, o que considerava alto, dado que só existiam dois funcionários. O senhor José Matos indicou que essa estimativa era referente à soma dos gastos com o pessoal, executivo e assembleia de freguesia, incluindo segurança social, seguros e subsídios que tinham de ser pagos. Além disso, fez um esclarecimento acerca do valor do Fundo de Financiamento das Freguesias, o qual está orçamentado em sessenta e dois mil, duzentos e quarenta e oito euros para dois mil e vinte e quatro, mas normalmente não passa dos vinte e cinco mil, quatrocentos e vinte e sete euros por ano, sendo que devido à receita extraordinária que o Estado teve, existiu um financiamento extra às freguesias, com o Dominguiço a ser contemplado com um adicional de trinta e seis mil, oitocentos e vinte e um euros. Sem mais a serem colocadas acerca do orçamento, o senhor Sérgio Lopes colocou o orçamento à votação, tendo o mesmo sido aprovado com quatro votos a favor e três votos contra.

A sessão seguiu para o terceiro ponto da ordem de trabalhos, relativo à intervenção do público. Teve a palavra o senhor José Augusto para questionar se a capela mortuária já tinha contador elétrico definitivo ou se ainda era contador de obras, com o senhor José

Matos a indicar que o contador já era definitivo. A palavra passou então para a senhora Cecília Batista, que perguntou se já tinha sido feita alguma intervenção junto da Proteção Civil acerca do caso que envolvia a limpeza do terreno dos Costa Pais. O senhor José Matos respondeu que ainda não tinha sido feita uma intervenção direta junto da Proteção Civil, mas já tinha sido feita uma conversa informal com o senhor Comandante dos Bombeiros, que também pertence à Proteção Civil da Câmara Municipal, onde foi exposta a situação, e onde foi acordado que o executivo da junta de freguesia enviaria um email para a Proteção Civil indicando a situação envolvendo o terreno dos Costa Pais.

Sem mais intervenções a serem feitas, e sem mais assuntos a serem tratados, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente ata que depois de enviada para os membros da Assembleia, e aprovada, será assinada pelo senhor Presidente da Assembleia e pela Secretária.

Sérgio Lopes Sérgio Renato dos Santos Lopes

Estela Roberto Estela Roberto da Cruz G. B. B.